

OS NEGROS E A DITADURA MILITAR NO BRASIL: O CASO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1974)

Janailson Macêdo Luiz¹

Introdução

Uma das questões que merecem melhor compreensão na história recente do Brasil é o entendimento sobre os papéis desempenhados por negras e negros durante a Ditadura Militar (1964-1985), em especial no que diz respeito à participação no cerne dos movimentos de esquerda que se contrapuseram aos atos, políticas e doutrinas instaurados pelos governos militares, incluindo-se aqueles movimentos que adotaram o caminho da luta armada. Também se faz relevante compreender como essas ações afetaram um campesinato negro que migrara para a Amazônia em busca de melhores condições de subsistência e, mais de meio século depois da abolição, ainda almejava a efetivação de sua cidadania, através do acesso à terra e outros caminhos, a exemplo de uma maior autonomia, que poderiam ser abertas a partir desse acesso.

Produções recentes têm colaborado para o entendimento da trajetória biográfica de militantes negros que atuaram naquele período e desempenharam importante papel no campo artístico e político e na formação do *movimento negro contemporâneo* (PEREIRA, 2013), como Abdias do Nascimento (SEMOG e NASCIMENTO, 2006); ou para a compreensão sobre a atuação coletiva de militantes negros na formação desses movimentos, sendo o de maior repercussão o Movimento Negro Unificado² (ALBERTI e PEREIRA, 2007; PEREIRA, 2013).

Apesar dessa ampliação de estudos, contudo, ainda carece maior aprofundamento entre as produções históricas a compreensão sobre a atuação de militantes negros em movimentos de esquerda que não tiveram orientação vinculada à afirmação da negritude, mas sim a um perfil voltado para a luta operária, sob a orientação doutrinária de interpretação do(s) marxismo(s) e

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Doutorando em História Social pela USP. E-mail: janailson@unifesspa.edu.br

² O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado em 1978 em São Paulo, quando diversas entidades negras resolveram estabelecer pautas unificadas após dois episódios: o assassinato do trabalhador negro, Robson Silveira Luz, sob tortura policial, e a segregação de quatro jovens jogadores de vôlei do clube Tietê, proibidos de entrar no clube por serem negros (PEREIRA, 2013).

de experiências revolucionárias como a russa (1917), a chinesa (1949) e a cubana (1959). Apesar da pouca análise sobre suas atuações, foram muitos os negros que deixaram rastros de suas atuações nos espaços dos movimentos estudantis, de partidos como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e da luta armada, como ocorrera na Guerrilha do Araguaia (1972-1974).

Nos últimos anos, algumas publicações apresentaram um breve levantamento sobre militantes negros que atuaram no contexto do Regime Militar, a exemplo de relatórios publicados pelas comissões da Verdade do Rio de Janeiro e de São Paulo. A Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, do Estado de São Paulo, por exemplo, elencou quarenta e um militantes negros entre os que hoje constam como mortos e desaparecidos políticos entre os anos 1964 e 1985.

Desse número, nove tombaram na Guerrilha do Araguaia (num universo de cerca de setenta militantes do PCdoB), configurando-se a Guerrilha como uma das que mais contaram com a adesão de militantes negros no período. Eram eles, com seus respectivos codinomes³: Antônio de Pádua Costa (Piauí), Dermerval da Silva Pereira (João Araguaia), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Francisco Manoel Chaves (Francisco, Preto Chaves), Helenira Rezende de Souza Nazareth (Preta, Fátima), Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício), Lúcia Maria de Souza (Sônia), Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e Rosalindo Souza (Mundico).

As trajetórias desses/as guerrilheiros/as merecem um estudo aprofundado. A maior parte já apresentava uma trajetória militante antes de ir para o Araguaia, seja no próprio PCdoB, no Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou em movimentos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao final da guerrilha, nenhum sobreviveu ou teve oficialmente seu corpo localizado e identificado. Essa não identificação se mantém até os dias atuais.

Ainda quanto à Guerrilha, é interessante observar que a atuação dos negros não se limitou a ação dos militantes negros integrantes do PCdoB, mas também remete a uma grande parcela da população camponesa que viria a ser obrigada a interagir com o conflito, e com as estratégias colocadas em ação pelos guerrilheiros e pelas Forças Armadas entre o Sul e Sudeste do Pará, Norte do Goiás – atual norte do Tocantins – e Sudoeste do Maranhão. Essa relação entre as populações negras da região e a Guerrilha remetem a um ponto que até então fora pouco estudado na historiografia, a saber: a compreensão sobre como as populações negras foram afetadas por determinadas políticas ou ações específicas desenvolvidas por parte dos governos

³ Durante o período no Araguaia, a maior parte dos guerrilheiros assumiu codinomes, de modo a evitar sua identificação. De todos os cerca de setenta guerrilheiros, apenas Osvaldão e Dina mantiveram apelidos que apresentavam proximidade com os seus nomes de batismo. Neste projeto, para a alusão a ambos, utilizaremos seus apelidos, tendo em vista ser a forma como são mais conhecidos, mesmo fora da região do Araguaia.

militares, a exemplo da construção da transamazônica, implementação de projetos de colonização na Amazônia Oriental, a Doutrina de Segurança Nacional e mesmo a repressão a movimentos de esquerda, como ocorrera com o movimento guerrilheiro no Araguaia.

O artigo apresenta considerações levantadas em pesquisa, em fase inicial, que tem como objeto a participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)⁴, e busca ampliar o entendimento sobre a atuação de negras e negros no cerne dos principais grupos envolvidos no conflito, a saber: os militantes do PCdoB que viriam a formar as Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA); os membros das Forças Armadas, onde os negros estiveram, no que tange ao combate à guerrilha, limitados a atuação nos pontos mais baixos da hierarquia militar; e a população que habitava a região, onde destacava-se um campesinato negro oriundo nas frentes migratórias vindas em momentos distintos a partir do pós-abolição, em grande medida do interior do Maranhão e outros estados do interior do Nordeste, assim como de estados como Minas Gerais e Goiás.

De todos os militantes negros na Guerrilha, nenhum sobreviveu ou teve oficialmente seu corpo localizado até os dias atuais. Suas trajetórias merecem um estudo mais apurado. Não objetivando a heroicização, mas, inclusive, buscando entender como vem sendo construídas as narrativas sobre alguns deles, a exemplo de Osvaldão, mas também dos outros personagens. Recentemente, a relevância de se estudar outros personagens fora expressa por um militante negro em publicação voltada para a presença dos negros da Ditadura, onde é destaque à figura de Osvaldão, mas ressaltado que:

Apesar do destaque, Osvaldão não é o único ocultado, conforme destaca o diretor e editor da Afropress, Dojival Vieira. “Durante os anos de chumbo, houve a resistência armada ao regime militar. Naquela época, muitos foram presos, torturados e mortos. (...) Como a luta contra o regime foi constituída principalmente por organizações guerrilheiras brancas, ou seja, a classe média branca urbana, pouco se fala e se lembra que a **participação dos negros** foi muitos importante. Muitos deram as vidas pela democracia e poucos são lembrados. Por exemplo, Osvaldão, Carlos Marighella (...)” (KENY, 2016b, s/p, grifo do autor).

⁴ A Guerrilha ocorreu na junção entre os rios Araguaia e Tocantins, entre os estados do Pará e o atual Tocantins, envolvendo ainda parte do Noroeste do Maranhão. Efetivamente, a maior parte dos combates ocorreram nas matas do Sudeste do Pará, mas a zona de influência perpassou os três estados. Marabá – PA e Xambioá-TO foram os pontos extremos da estrutura repressiva montada pelas Formas Armadas, que instalaram bases no local após descobrirem que haviam militantes comunistas vivendo na região. Ao serem descobertos, os militantes do PCdoB, resolveram acelerar seus planos iniciais, adentrar na mata e iniciar um movimento de resistência armada. Alguns desses militantes estavam na região desde 1966. O partido inspirava-se na concepção de guerra popular prolongada, como entendida na China de Mao Tsé-Tung (CAMPOS FILHO, 2012).

Nas páginas a seguir, serão apresentadas considerações sobre trabalhos que trataram do tema dos negros no contexto do regime militar e, de um modo mais amplo, da Guerrilha do Araguaia. Em boa parte dos casos, tratam-se de trabalhos produzidos não apenas por historiadores, mas também por jornalistas, além da inclusão de literaturas compostas pela reunião de documentos; ou ainda produções audiovisuais, como é o caso do documentário *Osvaldão* (2016)⁵. Cada uma delas produções possibilita que sejam melhor seguidos os rastros sobre a atuação de negras e negros no cerne da Guerrilha e, em alguns casos, sobre significações construídas por alguns desses sujeitos a respeito daquele contexto.

Negros, política e Ditadura Militar

São reduzidos os trabalhos sobre a participação dos negros nos movimentos que se contrapuseram à Ditadura, o que torna limitado o balanço historiográfico sobre o tema e ressalta ainda mais a lacuna a ser preenchida. Esse quadro se torna maior ainda quando se tratam de negros que não fizeram parte de movimentos de combate ao racismo e de afirmação da negritude, como o MNU.

Gomes (2005), através da obra *Negros e política: 1988-1937*, mostra o fio condutor da tomada de consciência racial e maior politização de homens e mulheres negros no período pós-abolição, analisando o contexto que tornou possível a formação da Frente Negra Brasileira (FNB), que viria até mesmo a se constituir como um partido político na década de 1930, até ser colocada na ilegalidade junto aos demais partidos após a decretação do Estado Novo. Sobre os agenciamentos realizados pela população negra naquele período, importante para o entendimento dos anos vindouros, destaca:

Os ‘homens de cor’, como eram denominados (...) falavam de e para si mesmos. Discutiam bailes, bons costumes e música, bem como postos de trabalho, serviços de saúde e escolas. Provavelmente não queriam apenas acesso a direitos de uma dada cidadania. Em sindicatos, associações e projetos de partidos políticos, agendaram a questão racial (...) nas ruas, nas festas, nas religiões, nos espaços de lazer e de trabalho. Talvez não quisessem apenas debater ou participar, mas sim definir a pauta (GOMES, 2005, p. 80).

Ainda que não tenha alcançado maiores resultados no âmbito da mobilização política, o que resultou, por exemplo, na inexpressiva votação recebida pelos candidatos da FNB nas

⁵ Por uma questão de limite em relação ao texto, não serão analisados aqui os relevantes documentários e as reportagens sobre a Guerrilha, onde diversas mulheres e homens negros apresentam depoimentos ou tem suas atuações citadas. Diversos documentários, além do já citado, apresentam relatos importantes para o objeto aqui apresentado, a exemplo de: *Camponeses do Araguaia* (2010), *Araguaia: Campo Sagrado* (2010), entre outros.

eleições de 1934, os clubes e movimentos organizados por uma parcela dessa primeira geração de negros no pós-abolição, deixaram como legado justamente o objetivo de uma maior participação dos negros na sociedade, assim como contribuiu para a ampliar a não naturalização quanto a reprodução do racismo, fundamental para a formação nas gerações subsequentes de indivíduos inquietos com a realidade social vigente no Brasil.

Enquanto alguns optaram pela participação em movimentos como o integralismo, incluindo-se o próprio Abdias do Nascimento (SEMOG e NASCIMENTO, 2006), outros passaram a militar em grupos de discussão negra, como a FNB, ou ainda no cerne de grupos e partidos de esquerda, como o PCB, como iria acontecer com Francisco Chaves, o mais velho entre os guerrilheiros do Araguaia.

O pai de Osvaldão, em Passa Quatro-MG, e o pai de Helenira Resende, em Assis – SP, também adotariam os ideais e a práxis comunistas (OSVALDÃO, 2014; RIBEIRO, 2007). Ambos viram a ser influência para a formação política de seus filhos, que também foram influenciados no que se refere a uma questão cara ao legado deixado pelos movimentos negros do pós-abolição: a valorização da auto-estima. Nesse sentido, é digno de nota o depoimento de Maria Rita, sobrinha de Osvaldão, no documentário *Osvaldão* (2014), sobre o posicionamento adotado por seu avô na educação dos filhos:

Então ele vinha e disse que as pessoas que moravam ali na região falavam assim: ‘Zé, porque que você, você quer botar seu filho na escola? Você quer costume de branco? Preto não precisa estudar’. Meu pai era comunista e assinava o semanário, né? (FERNANDES *et al*, 2014).

Em 2007, Alberti e Pereira produziram obra com depoimentos de militantes que atuam no movimento negro entre 1970-80, intitulada *Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. Num dos capítulos, *Política no Brasil*, é abordada a participação desses militantes em grupos de esquerda e experiências quanto a repressão política no período ditatorial. Alguns apresentam trajetória próxima a dos militantes do PCdoB que viriam para o Araguaia. Por isso, as lembranças sobre suas trajetórias, lidas em cruzamento com as experiências daqueles outros militantes, contribuem para melhor delinearem as condições de possibilidade que marcaram a época. Num dos depoimentos, por exemplo, João Francisco dos Santos narra elementos de sua história que se assemelham a dos militantes do PCdoB:

A primeira vez que fui ao Rio de Janeiro foi pelo movimento estudantil. Fiquei hospedado lá na União Nacional dos Estudantes, porque eu era do movimento secundarista aqui do Maranhão. Devia ter uns 20 anos no máximo, por volta de 1956. Depois me meti na política e vi tanta gente, participei de tanta coisa... Eu tinha muitos amigos aqui, e ganhei uma bolsa de viagem do movimento

estudantil internacional, da Internacional Socialista, que seria de dois meses, para a Europa (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 111).

João Francisco dos Santos acabaria morando dois anos na Rússia, praticamente no mesmo período em que Osvaldão e alguns outros brasileiros iniciavam seus cursos na Universidade de Praga, na Tchecoslováquia. Graças a essa experiência Osvaldão passaria a fortalecer seus laços com a família Pomar e o PCdoB (OSVALDÃO, 2014).

Oficialmente, a Ditadura adotara discurso baseado no mito da democracia racial⁶, onde a “pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 276), sobretudo num contexto em que intelectuais vinculados a esquerda, como Fernandes (2006), denunciavam o papel estrutural do racismo no cerne da exploração da classe operária e, conseqüentemente, das populações mais pobres no país. Como é mostrado em análise feita pela CEV do Rio de Janeiro, a:

apropriação do mito da democracia racial por parte do regime reforçou a violência de Estado perpetrada contra os negros, atribuindo-lhe características próprias, que podem ser evidenciadas a partir de três eixos: violências estruturais de teor racista, mobilizadas por agentes do Estado e impactadas pelo incremento geral da violência vivenciado no período; práticas adotada pelo aparato repressivo da ditadura contra as articulações de combate ao racismo que foram se desenvolvendo no período; graves violações de direitos humanos sofridas por negros que militaram nas organizações políticas de esquerda, de forma a que sejam conhecidos expressos, mortos e desaparecidos negros do período e que seja desmistificada a ideia de que revolucionário não tem cor (COMISSÃO DA VERDADE DO RIO, 2015, p. 128).

Os negros e a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia

As primeiras publicações que vieram à tona sobre a Guerrilha foram veiculadas entre 1978 e 1982 e se apoiaram no contexto de maior abertura política que marcaria o fim da ditadura militar e teria como marco a lei da Anistia, de 1979. Boa parte dessas obras traziam a reunião de documentos e depoimentos sobre o episódio. A primeira delas intitulava-se *História Imediata: A Guerrilha do Araguaia*, assinada por Dória *et al* (1978). Segundo a editora Alfa-Ômega (1979), essa primeira obra teria alcançado em uma semana, sem grande divulgação, o número de 25 mil exemplares vendidos, o que certamente demonstra o interesse que aquelas memórias até então silenciadas despertaram.

⁶ A obra do sociólogo Gilberto Freyre é tida como um ponto de inflexão na análise das relações raciais no Brasil. Segundo Munanga (p. 76-77): “Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da idéia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito da democracia racial.”

Nos depoimentos apresentados são encontradas narrativas que irão marcar as produções nos próximos anos, por estarem relacionadas aos lugares sociais e institucionais de quem as elaborou. Em um dos depoimentos, o indígena Massu, da etnia Suruí (Aikewara), situados em São Geraldo do Araguaia, grupo que teve seu território e ocupado e vigiado pelos militantes durante a caçada aos guerrilheiros, narra que:

A Dina – diz que ela era baiana -, foi pegada lá em Marabá: ia atravessar [o Rio Tocantins] pro São Félix, mataram ela. O Osvaldão morreu sozinho – foi ali: nós vimos lá no São Raimundo (NR: uma das pequenas bases de apoio do Exército dentro do mato), morto, pendurado pela corda no hericópire, por corda. Rapaz, ele era fogo mesmo – muito preto. Roupa dele não presta não, tudo rasgado (DÓRIA *et al*, 1978, p. 56).

Nessa obra, como viria ser a ótica das demais produções, já eram ressaltadas a cor preta de Osvaldão e de moradores negros da região, como o senhor Alexandre de Oliveira. Contudo, as produções não tiveram como objeto analisar mais a fundo a Guerrilha pelo viés das relações étnico-raciais, limitando-se a ressaltar a cor preta dos moradores da região e dos guerrilheiros⁷.

Em 1980, foi publicada obra com reunião de documentos relacionados a preparação, execução e análise da guerrilha por parte do PCdoB, intitulada *Araguaia: o partido e a guerrilha*, organizada por Wladimir Pomar. Apresenta o relatório Arroyo, relevante para a compreensão das tentativas de aproximação com a população local, inclusive os terecozeiros, que será melhor tratada adiante. No entanto, constitui-se como uma compilação de documentos a partir do prisma do partido, ainda que com viés mais crítico que obras publicadas pelo PCdoB nos anos posteriores.

Em 1982, a Editora Anita Garibaldi apresenta uma compilação mais ampla de documentos na obra *Guerrilha do Araguaia: 1972-1982*. Nela, estão presentes enquadramentos da memória da guerrilha efetuados pelo partido. Ao ter contato com a obra, o leitor tem logo de entrada a exaltação das lideranças burocráticas do partido e da hierarquia das Forças Guerrilheiras, iniciando-se com uma entrevista com João Amazonas; seguida da biografia de Maurício Grabois, morto em combate em 1973, e o Relatório de Ângelo Arroyo, que sobrevivera à guerrilha e fora morto em 1976, na chacina da Lapa. Destoa da publicação da Alfa-Ômega, nesse sentido, que salienta a liderança de Osvaldão.

⁷ Uma exceção nesse sentido vem sendo realizada por trabalho coordenado pelos antropólogos Iara Ferraz e Orlando Calheiros, e produzido pelos indígenas Tiapé Suruí e Ywynuhu Suruí, com o relatório enviado em 2014 para a Comissão Nacional da Verdade, contendo a versão do povo Aikewara sobre o período em que tiveram suas plantações queimadas e aldeia ocupada; e foram obrigados a colaborar com a caçada aos guerrilheiros. Em breve o relatório será publicado, preenchendo lacuna sobre o tema (PUBLICA, 2014, s/p).

A produção é a primeira, porém, a apresenta os perfis biográficos dos guerrilheiros, onde destaca, no espaço que lhe é próprio, as figuras de Dina e Osvaldão. Os perfis seriam reelaborados e inseridos nas principais obras sobre o tema. Nos dados de Francisco Chaves, por exemplo, é salientado que:

Era negro e oriundo de família de camponeses. Muito jovem ainda ingressou na Marinha (...), onde sofreu os preconceitos raciais. Em 3 de abril de 1935, engrossou (...) a Aliança Nacional Libertadora, filiando-se (...) ao PC do Brasil. Preso em 35, após a derrota da Insurreição Armada, foi barbaramente torturado sob a chefia do comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande (ANITA GARIBALDI, 1982, p. 56).⁸

Pelo limite das páginas deste artigo não serão analisados em profundidade os perfis dos guerrilheiros ou camponeses negros construídos em cada publicação, mas, quanto aos guerrilheiros, é importante ressaltar que além de Osvaldão, Helenira, Dina e Francisco Chaves, as trajetórias dos outros militantes possibilitam igual compreensão sobre, inclusive, a própria atuação do PCdoB na região.

Uma análise crítica sobre a Guerrilha deu-se na obra de Gorender (1987), intitulada *Combate nas Trevas*, no capítulo *A guerrilha abafada*. A obra toma como fontes o relatório Arroyo e os relatos jornalísticos vinculados a partir de 1978 sobre a Guerrilha, incluindo-se os depoimentos dos militantes que participaram da fase de preparação e outros agentes do PCdoB. Traz uma importante contextualização sobre a atuação do PCdoB no cerne dos projetos de luta armada. No entanto, silencia em relação ao papel fundamental dos camponeses no conflito, fiando-se na oposição guerrilheiros-Forças Armadas. Como pontuou Campos Filho (2012, p. 34) a respeito da obra, Gorender analisa a Guerrilha “ao longe, sem muito conhecimento da realidade vivida pelos guerrilheiros e de sua ligação com o Partido. Por isso, comete muitos equívocos e usa estigmas para criticar a condução do movimento”. É ressaltado, assim como já havia ocorrido na publicação de 1978 da Alfa-Ômega, a liderança de Osvaldão.

Em 1990, Sader publica o artigo *Lutas e Imaginário Camponês*. Primeiro esforço para problematizar as narrativas míticas constituídas em torno de alguns guerrilheiros, como Osvaldão. O artigo fora o primeiro trabalho acadêmico a tomar por base as concepções dos camponeses sobre a guerrilha, relacionando a constituição de narrativas míticas como relativas ao funcionamento da memória coletiva, e do uso dos mitos na significação dos acontecimentos traumáticos. Também faz leitura pertinente ao mostrar a dicotomia entre os camponeses e os *outros*, seja os guerrilheiros (os homens da mata), seja os militares (os federais).

⁸ Em trinta e cinco anos poucas informações foram acrescidas ao que se conhece sobre a vida de Francisco Chaves.

É o primeiro trabalho a analisar mais a fundo algumas narrativas, como as vinculadas as encantarias atribuídas a Osvaldão, que lhe fora apresentada por um dos entrevistados: “o Osvaldão era encantado. Por isso foi o último a ser morto (...). Um dia, os federais tocaiaram ele na mata. Ia passando um bando de macacos e ele se transformou num deles e conseguiu fugir pulando por cima da cabeça dos federais que nem desconfiaram.” (SADER, 1990, p. 120).

Dois trabalhos recentes ampliariam a análise sobre o imaginário construído em torno de Osvaldão, Dina e outros guerrilheiros: o artigo de Teles (2014), *Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*; e a dissertação de Petta (2017), uma das diretoras e produtoras do documentário *Osvaldão (2014)*, intitulada *A memória dos moradores do Araguaia sobre Osvaldão: liderança, luta e resistência!*. Apesar de se debruçarem sobre a memória de Osvaldão a partir de concepções culturais dos moradores da região, esses trabalhos não lançam um olhar que aprofunde as problematizações sobre o prisma das relações étnico-raciais. E o imaginário é abordado ainda sem relacionar mais profundamente as crenças nas encantarias com as religiões cultuadas pelos moradores locais, que são apenas mencionadas.

O líder do destacamento B tivera, anteriormente, sua vida abordada na obra *Osvaldão e a saga do Araguaia*, de Jofilly (2008), segunda biografia sobre um dos guerrilheiros negros que lutara no Araguaia, antecedida pela obra de Ribeiro (2007), *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. Nessas obras, os ensinamentos e experiências familiares são apresentadas como elementos fundamentais para uma consciência quanto a atuação política e postura ativa frente a uma sociedade racista.

Em 1995, fora publicado trabalho acadêmico de fôlego sobre a Guerrilha, de autoria de Campos Filho (2012), intitulado: *A esquerda em armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, fruto de dissertação defendida pelo autor na Universidade Federal de Goiás. Anos depois, a pesquisa seria transformada em livro, intitulado *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Nela, consta uma leitura equilibrada do conflito, apresentando-se seus antecedentes históricos, as orientações adotadas pela cúpula do PCdoB, os eventos desenvolvidos durante a guerrilha e o ressurgimento do tema entre os anos finais da ditadura e o início da redemocratização. Apesar de reunir informações pontuais sobre os guerrilheiros negros e as populações camponesas, a obra não teve como objeto lançar a análise sob um recorte temático étnico-racial⁹.

⁹ Nos anos 2000 a Guerrilha voltaria a inspirar novas produções que se fundamentavam numa maior abertura que o tema passaria a ganhar. Obras como a de: Gaspari (2002), *A ditadura escancarada*; Morais e Silva (2012), *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha*; Nossa (2012), *Mata! O Major Curió e as Guerrilha no Araguaia*; Amorim (2014), *Araguaia: Histórias de amor e de Guerra*. Embora essas obras tenham uma preocupação com a contextualização e mesmo com a elaboração de uma escrita agradável, tratam de forma

No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, com o crescimento do interesse sobre a temática da Guerrilha, alguns militares que combateram os guerrilheiros decidiram divulgar suas versões sobre os acontecimentos. Essas obras polemizam com as versões apresentadas por pesquisadores e pelo PCdoB sobre diversos momentos do episódio, como a morte de Rosalindo Cruz – para os militares justificado pelos próprios companheiros, para os guerrilheiros, morto em acidente com a própria arma –, o assassinato do soldado Cabo Rosa por Osvaldão, entre outros pontos. As principais obras produzidas pelos militares são: *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*, do Major Lício Maciel; e os dois livros do tenente José Vargas Jimenez: *Bacaba: memórias de um guerrilheiro de Selva da Guerrilha do Araguaia*. (2007); e *Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia* (2011).

Maciel (2008, p. 119, grifo nosso), por exemplo, para ironizar o assassinato de Osvaldão, a quem trata como um dos “bandidos” e falso-heróis que lutaram na guerrilha, evoca o termo “negão”, num viés jocoso, para depois compará-lo a um peru de um filme de Faroste:

Contado por “Piauí” [Arlindo Piauí, bate-pau responsável pelo assassinato de Osvaldão], daria até vontade de rir, se não fosse trágico. Ele pressentiu que atrás de uma moita tinha alguém; *só podia ser ele, o negão*. Chamou em voz alta: “Osvaldão!”. Ao afastar o capinzal para ver quem o chamava, Osvaldão levou chumbo quente e morreu instantaneamente (...) / Vi cena semelhante no cinema, quando o caubói (Garry Cooper, filme “O Sargento York”), num campeonato de caça, imita o canto do peru e consegue acertar-lhe a cabeça quando a ave se mostra para ver a outra que a estava chamando...

Corrêa produziu dois trabalhos relevantes sobre a Guerrilha, frutos de sua dissertação e tese, que resultaram nas obras intituladas, respectivamente: *A lei da selva: estratégias, imaginário e discursos dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia* (2006); e *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)* (2013). Em 2012, Mechi, por sua vez, defendeu a tese *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*.

Esses trabalhos ajudaram a ampliar, ainda que tratando o tema em algumas poucas páginas, no que tange ao objeto deste projeto, a compreensão das relações entre os guerrilheiros e o Terecô, religião de matriz africana originária do Maranhão; sobretudo Corrêa (2013). Segundo ele, os guerrilheiros perceberam rapidamente a influência do Terecô dentre a população local, e buscaram aproximação com as lideranças religiosas, incluindo o respeito a

totalizante sobre o episódio, não tendo como enfoque específico questões como as relações étnico-raciais. Mesmo assim, constituem-se como fontes relevantes, por apresentar algumas informações e narrativas sobre guerrilheiros e camponeses negros. Recentemente, o tema vem sendo abordados segundo alguns recortes mais específicos, como voltados para as mulheres (MAIA, DANTAS e SAVIGNANO, 2005; RIGONATI, 2015), os familiares dos mortos e desaparecidos (SOUSA, 2011) e relatos dos camponeses (SILVA, 2008).

essa religião entre os vinte e sete pontos da FOGUERA apresentados aos moradores locais. Além disso, o autor relaciona as aproximações políticas traçadas entre guerrilheiros e o Terecô com algumas concepções, como a de corpo fechado, que passariam a ser vinculada a imagem de guerrilheiros como Osvaldão. Em um trecho de sua tese, pontua:

Antônia ‘Galega’ Ribeiro da Silva relata que Osvaldão teria sido “iniciado” no terecô por seu sogro, Chico “Piauí” Vieira. (...) segundo explica, seu sogro Chico Piauí de fato fez um “trabalho forte” para “fechar o corpo” de Osvaldo, mas trabalho esse da “linha branca”, “da direita” – pois, nas religiões de ascendência afro, “linha da esquerda” guarda o significado de trabalho para prejudicar terceiros. Contou também que Osvaldo era frequentador assíduo de todos os terecôs da região, levando com ele muitos guerrilheiros. Curiosamente, foi o marido de dona Antônia, Arlindo Piauí, quem disparou o tiro que matou Osvaldão. (CORRÊA, 2013: 287).

No artigo, *Minha irmandade, vamos se reunir: O terecô e a guerrilha do Araguaia*, Luiz (2017), autor deste artigo, discutiu a relevância de se compreender como os terecozeiros, indagando o ponto de vista de alguns deles, relacionaram-se com a Guerrilha. Em depoimento, a senhora Lídia Francisca da Luz, que se define como umbandista, num contexto de umbandização do Terecô (FERRETI, 2000), narra que seu marido tivera um sonho sinalizando que chegara o fim do seu aprisionamento na base da Bacaba, onde fora torturado sob acusação de apoiar os guerrilheiros:

Quando eles largaram de bater, que ele [Porfírio] deitou no chão, pra levantar foi preciso os outros para levantar. Pra levantar, levar café pra ele. Ele bebia, vomitava, vomitava o café junto com sangue. Aí foi que os outros presos disse ‘Olha, Doutor (...), Se não aplicar um remédio nele ele vai morrer. Num vai custar que ele tá só vomitando sangue. Os outros presos que alimpavam, né? (...) Até que ele teve um sonho, com dois hôme, chegando nele perto de onde ele tava e os hôme disseram assim: ‘Olha, Porfirio. Tu diz isso, e isso, e isso, e isso’. Três coisas que eles mandou ele dizer, só que ele nunca disse pra mim o que era a coisa que ele mandou. ‘Tu diz essas três coisa’. Aí ele disse que perguntou assim: ‘Quem é você? Vocês? Eles disse: ‘Eu sou Cosme e Damião. Nós somos. Nós somos Cosme e Damião’ (...).

Na referida publicação fora ensaiada interpretação das narrativas e significações elaboradas pelos camponeses negros sobre experiências vivenciadas por eles e seus familiares durante a Guerrilha. Na pesquisa do doutorado, pretende-se ampliar a referida compreensão, percebendo os praticantes do Terecô e outras religiões locais não como mero objeto dos interesses dos guerrilheiros, mas sim como sujeitos do processo de construção da guerrilha do Araguaia enquanto acontecimento e, como diria Peixoto (2011), da *guerra que veio depois*, num contexto fortemente marcado pela continuidade da opressão frente as populações locais.

Considerações finais

As produções brevemente discutidas acima serão cruzadas, durante a pesquisa, com fontes presentes em periódicos, documentários e relatos orais de memórias reunidos através de história oral, ou veiculados por meio de produções como as de comissões estaduais da Verdade (Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro) e Comissão Nacional da Verdade; e outras fontes que se mostrem importantes.

Será buscado, como dito no início do artigo, compreender a atuação dos negros como sujeitos daquele contexto. Evidentemente, não serão negligenciadas as violências sofridas por muitas deles, incluindo-se a violência de Estado. No entanto, será buscado compreender as escolhas por eles tomados a partir de suas condições de possibilidade, bem como, no caso dos que sobreviveram, suas significações apresentadas em relação ao episódio e suas trajetórias.

O que poderá se constituir como importante não apenas para os estudos sobre a Guerrilha/Ditadura ou sobre as relações étnico-raciais, mas também para ampliar também as compreensões sobre o tempo presente no Brasil, marcado por rupturas, mas também por permanências em relação a forma como as relações ético-raciais foram desenvolvidas no último período ditatorial, também herdeiro de momentos mais longínquos da história do país.

Em síntese, problematizar a Guerrilha por meio de um enfoque étnico-racial poderá contribuir não somente para uma outra compreensão sobre o episódio, mas sobre as formas como negras e negros agenciaram suas trajetórias no cerne daquele período autoritário, assim como lançar novas reflexões sobre os legados deixados por este período aos dias atuais.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AMORIM, Carlos. *Araguaia: Histórias de amor e de Guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ANITA GARIBALDI. *Guerrilha do Araguaia: 1972-1982*. São Paulo: Ed. A. Garibaldi, 1982.
- _____. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo: Ed. A. Garibaldi, 2005.
- ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: E. C. de Medeiros. Marabá: UFPA, 2010. 53 min.

BRITO, Antônio Maurício. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*. 2008. 234 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: V. Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CORRÊA, Carlos Hugo Sudart. *A lei da selva: estratégias, imaginário e discursos dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração editorial, 2006.

_____. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. 2013. 619 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório: Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros*. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiacao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf>. Acesso: jun. 2017.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-RIO, 2015. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf>>. Acesso: mai. 2017.

DÓRIA, P. *et al. História Imediata: A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERRETI, Mundicarmo. *Encantaria de "Barba Soeira": Codó, capital da Magia negra?* São Luís: CMF, 2000.

GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, F. dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX", *História Unisinos*, v. 10, n. 3 (2006), p. 282.

_____. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH. São Paulo: Comissão da Verdade de SP "Rubens Paiva"; TV ALESP, 2013. 8 min.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KENY, Daniel. Conheça a história de Osvaldão, o grande herói negro na luta contra a ditadura militar. *Revista Raça*, São Paulo, 14. Out. 2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/o-heroi-negro-contr-a-ditadura/>>. Acesso: dez. 2016.

_____. O negro na ditadura militar. *Revista Raça*, São Paulo, 17. Ou. 2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/o-negro-na-ditadura-militar/>>. Acesso: dez. 2016.

LUIZ, Janailson Macêdo. “*Minha irmandade, vamos se arreunir*”: o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/>>. Acesso: set. 2017.

MACIEL, L. *Guerrilha do Araguaia*: relato de um combatente. São Paulo: Schoba editora, s/d.

MECHI, P. S. *Os Protagonistas do Araguaia*: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). 2012. Tese (Doutorado em História), Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*: Os Arquivos secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NOSSA, Leônêncio. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OSVALDÃO. Direção: V. Fernandes *et al.* São Paulo: F. Maurício Graboys, 2014. 80 min.

PETTA, Renata Lemos. *A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”*: liderança, luta e resistência. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Amílcar Araujo. *O mundo negro*: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Wladimir. *Araguaia*: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

PUBLICA. *A ‘guerra’ do Araguaia contada pelos Aikewara*, São Paulo, 10. dez. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/12/a-guerra-do-araguaia-contada-pelos-aikewara/>> Acesso: dez. 2014.

RIBEIRO, B. *Helenira Resende e a guerrilha no Araguaia*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SÁ, G. *Araguaia*: Relato de um Guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. In: *Tempo Social: Ver. Sociol. USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1. Sem. 1990.

SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2014.

SANTOS, Andréa Cristina. *Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0115.pdf>>. Acesso: Ago. 2017.

TELES, Janaína de A. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). In: *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 464-480, set-dez. 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica*. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.